

Caixa retoma as metas. Cruel

RICARDO MEDEROS



Ao retomar as metas, a Caixa desconsidera o cenário de pandemia e o esforço dos empregados

Para o Comando, a MP 936 deve mudar

A PRESSÃO do movimento sindical surtiu efeito e fez com que a votação da MP 936 no Senado fosse adiada para esta semana. O Comando Nacional dos Bancários cobra a retirada do item, introduzido na Medida Provisória pela base governista, o qual possibilita o aumento da jornada para a categoria.

Apesar dos avanços conquistados no texto aprovado pela Câmara Federal, foi incluído na MP um item que altera o artigo 224 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Segundo o texto, a jornada de seis horas não se aplica a quem tem gratificação de função superior a 40% do salário. Além disso, os bancos conseguiram aprovar uma emenda sobre a compensação dos valores da 7ª e 8ª horas extras. Agora, a mobilização é para pressionar os senadores para que os pontos negativos para a categoria sejam retirados da Medida Provisória.

Sem hora extra para os vigilantes

SEMPRE atento às condições de trabalho dos empregados, o Sindicato dos Bancários da Bahia recebeu denúncias dos funcionários da *Interfort*, empresa de vigilância que presta serviço para a Caixa. Os vigilantes estão trabalhando aos sábados e feriados sem receber hora extra.

O posicionamento da *Interfort* é que vai ver a “possibilidade” de dar folga. Além de terem direito ao descanso, os trabalhadores estão desmotivados e com a carga horária excessiva de trabalho. Muitos chegam a trabalhar 12 horas por dia.

Em apoio aos vigilantes, que também exercem trabalho importante nas agências, principalmente neste período de pandemia causada pelo novo coronavírus, o Sindicato dos Bancários da Bahia está apurando as informações e cobrando providências da Caixa o quanto antes.

Banco rompe com o que foi acordado em negociação

REDAÇÃO
imprensa@bancariosbahia.org.br

A CAIXA ignora o estresse e o esgotamento mental que os empregados estão sofrendo com o pagamento do auxílio emergencial aos mais de 50 milhões de trabalhadores atingidos pela crise causada pelo coronavírus e anuncia a volta da cobrança de metas.

A notícia foi dada à CEE (Comissão Executiva dos Empregados), em reunião virtual, na quarta-feira, pela Rede de Varejo (Vired). Além do medo de ser mais um contaminado diante da superexposição à Covid-19, o empregado do banco, que chega a trabalhar mais de 12 horas por dia, inclusive aos sábados, agora é obrigado a cumprir metas como se estivesse em situação de normalidade.

“É um absurdo a Caixa cobrar metas enquanto os bancários se esforçam ao máximo para pagar o auxílio. Mais uma vez a direção da empresa rompe com o combinado na mesa de negociação, no sentido de não haver a cobrança durante o período da pandemia”, denuncia o secretário geral da Federação da Bahia e Sergipe, Emanuel Souza.

Além das metas, a direção do banco, cujo presidente Pedro Guimarães recentemente definiu o trabalho remoto como uma “frescurada”, relaxa outras medidas de segurança, como as mudanças nas regras de afastamento dos trabalhadores terceirizados.

Assim, aos poucos a Caixa descumprir todos os compromissos firmados, quando a prioridade deveria ser preservar a vida e a saúde dos empregados e da população que precisa do atendimento bancário presencial.

Estados do Nordeste vão ao STF

APÓS o governo Bolsonaro retirar R\$ 83,9 milhões do programa Bolsa Família para usar em publicidade oficial, os estados do Nordeste acionaram o STF (Supremo Tribunal Federal) para que o corte seja suspenso.

O pedido ao STF foi assinado pelos procuradores-gerais dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.

O objetivo é que o governo recomponha a quantia retirada e justifique a concentra-

ção de cortes no programa no Nordeste. Coincidentemente, a região onde Bolsonaro tem maior rejeição.



Bolsonaro prejudica os mais pobres



MICHEL FILHO - AGÊNCIA O GLOBO

MP 927 é um novo ataque aos trabalhadores

Como sempre, o governo só beneficia as empresas

ALAN BARBOSA
imprensa@bancariosbahia.org.br

DEPOIS da reforma trabalhista e de outras medidas provisórias que liquidaram os direitos dos trabalhadores, o governo ainda quer retirar mais. A MP 927/2020, em tramitação na Câmara Federal, dá carta branca às empresas para atrasarem o recolhimento

do FGTS, flexibiliza o regime de trabalho remoto e libera a antecipação de férias.

Claramente, o objetivo é beneficiar empregadores, anulando os direitos dos trabalhadores. A medida ainda resgata pontos da MP 905, que já caducou. Se hoje o repouso remunerado aos domingos é regra, pela MP 927 todos os setores terão de trabalhar. Outro ponto de mudança é o trajeto que não entra como acidente de trabalho.



Em nenhum ponto da medida há proteção ou cláusula que garanta os direitos dos trabalhadores. Declarada por conta da pandemia do coronavírus, a MP é parte das iniciativas do governo Bolsonaro, que pouco tem feito por milhões de trabalhadores que estão desamparados.



SAQUE

Rogaciano Medeiros

BOA CHANCE O Supremo Tribunal Federal tem uma prova de fogo na quarta-feira, quando decide a validade do inquérito das *fake news* e a pretensão do procurador-geral, Augusto Aras, de retirar o ministro Alexandre de Moraes do processo. Oportunidade para o pleno do STF afirmar compromisso efetivo com a Constituição, a democracia e a República. A nação espera.

A REALIDADE Neste momento difícil da vida nacional, os ministros do STF que mais têm enfrentado o neofascismo são Celso de Mello, indicado por Sarney, Marco Aurélio por Collor, Gilmar Mendes por FHC e Alexandre de Moraes por Temer. Com exceção de Ricardo Lewandowski, os indicados por Lula e Dilma têm deixado muito a desejar. Tem uns então...

VAI CONFIAR? Muitos cientistas sociais e políticos acreditam que os militares não entrariam na aventura de um autogolpe de Bolsonaro para alcançar poderes absolutos. Teoricamente, parece lógico. Mas, como dizem, em tese toalha de banho não precisaria lavar. A história das Forças Armadas não permite tanta confiança assim. Todo cuidado é pouco. Seguro morreu de velho.

DOIS ENTULHOS Ao afirmar que os atos neofascistas pedindo intervenção militar, fechamento do Congresso e do STF se amparam no direito à liberdade de expressão, enquanto os manifestantes em defesa da democracia são "baderneiros" que merecem dura repressão, Mourão comprova mais uma vez ser da mesma laia de Bolsonaro. Escombros da ditadura.

NO ÂMAGO Preta, a mãe do menino Miguel, morto ao cair do 9º andar de um prédio no Recife, por total irresponsabilidade da patroa, branca, fez uma observação que expõe as vísceras de um Brasil oligárquico, que nunca superou a escravidão. Se fosse o contrário, a Polícia Civil iria aceitar fiança, se recusar a divulgar nome e foto? Que cada um responda para si mesmo.

O auxílio terá mais parcelas, com valor pífio

SEM a menor vergonha de ter liberado R\$ 1,2 trilhão para socorrer os bancos, o governo Bolsonaro divulgou que o auxílio emergencial terá mais duas parcelas com valor bem inferior aos atuais R\$ 600,00.

Previsto para ter três parcelas aos trabalhadores informais e desempregados, o benefício foi pago a milhões de pessoas que não tinham direito.

Ao afirmar que terão a quarta e a quinta parcelas do auxílio emergencial, Bolsonaro afirmou que "vai ser menor do que os R\$ 600,00 para ir partindo exatamente para um fim, porque cada vez que nós pagamos esse auxílio emergencial, dá quase R\$ 40 bilhões". Para o ministro da Economia, Paulo Guedes, apenas R\$ 200,00 são suficientes.

Ricos recebem benefício. Erro

ENQUANTO milhões de trabalhadores pobres estão desamparados pelo governo Bolsonaro durante a pandemia da Covid-19, cerca de 3,89 milhões de famílias das classes A e B possuem ao menos um integrante recebendo o auxílio emergencial.

A pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva aponta que um terço das famílias mais ricas solicitou o benefício de R\$ 600,00 e 69% dos pedidos foram atendidos. A renda emergencial foi criada para combater os efeitos da pandemia do coronavírus aos trabalhadores informais, autônomos e desempregados.

O auxílio emergencial já soma várias irregularidades. O relatório do TCU (Tribunal de Contas da União) detectou o pagamento do benefício a mais de 8 milhões de pessoas de forma errada. O governo se cala.



Um terço da classe A e B pediu auxílio emergencial. Enquanto muitos brasileiros nem sequer têm o que comer